

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Humanas
Graduação em Pedagogia

Anita Pereira de Almeida
Rosângela dos Santos Marinho
Valquiria Borges Ferreira

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA A VIDA DO IDOSO:
um estudo com idosos da EJA**

Belo Horizonte
2019

Anita Pereira de Almeida
Rosângela dos Santos Marinho
Valquiria Borges Ferreira

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA A VIDA DO IDOSO:
um estudo com idosos da EJA**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao
Departamento de Educação da PUC Minas,
como requisito parcial para a obtenção do título
de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mariana Veríssimo
Soares de Aguiar e Silva

Belo Horizonte
2019

Anita Pereira de Almeida
Rosângela dos Santos Marinho
Valquiria Borges Ferreira

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA A VIDA DO IDOSO:
um estudo com idosos da EJA**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao
Departamento de Educação da PUC Minas,
como requisito parcial para a obtenção do título
de licenciatura em Pedagogia.

Banca Examinadora

Profª Drª Mariana Veríssimo Soares de Aguiar e Silva – PUC Minas (Orientadora)

Profª Drª Sheilla Alessandra Brasileiro de Menezes – PUC Minas

Profª Me. Paula Branco de Moraes – PUC Minas

Belo Horizonte, junho de 2019

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, a Deus por nos abençoar neste caminho durante a construção deste trabalho. Somos gratas pelas bênçãos alcançadas.

Agradecemos aos nossos familiares, que nos ofereceram apoio e carinho nesta etapa decisiva da vida acadêmica.

Somos gratas aos colegas do curso de Pedagogia, que tornaram os dias de aulas mais felizes. E a nossa eterna gratidão à Orientadora Prof^a Dr^a Mariana Veríssimo, pela paciência na orientação e pelo incentivo no desenvolvimento do projeto de pesquisa, que, desde o primeiro encontro, sempre nos ajudou com um sorriso no rosto e muita sabedoria.

Em função desta pesquisa, nós tivemos a oportunidade de conhecer muitas pessoas que compartilharam seus saberes, contribuindo com a nossa pesquisa. A essas pessoas, a nossa eterna gratidão!

O senhor... mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra montão.

(Guimarães Rosa, 1965, Grande Sertão Veredas).

RESUMO

O objetivo deste trabalho de final de graduação é identificar quais as contribuições da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para a vida do idoso, abordando a trajetória da EJA no Brasil e traçando sua importância ao longo do tempo. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi feita uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada realizada com um aluno idoso e a aplicação de um questionário para dez alunos idosos da EJA. Na análise dos dados, foi comprovado que a educação escolar na vida do idoso apresenta resultados positivos, como a melhoria da autoestima, a ampliação das relações sociais e a realização pessoal como sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Idosos. EJA. Sujeitos de direitos.

ABSTRACT

The objective of this course completion work is to identify the contributions of youth and adult education (EJA) to the life of the elderly, addressing the trajectory of EJA in Brazil and tracing its importance over time. For the development of this work a qualitative research was done using as a data collection instrument a semi-structured interview with an elderly student and questionnaire application for ten elderly students of the EJA. In the analysis of the data we verified that the school education in the life of the elderly present positive results as the improvement of the self-esteem, extension of the social relations and the personal fulfillment as subjects of rights.

Keywords: Elderly. EJA. Subjects of rights.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Projeção do envelhecimento da população brasileira.....	44
Gráfico 2 – Sujeitos da pesquisa quanto a gênero.....	52
Gráfico 3 – Sujeitos da pesquisa quanto à faixa etária	53
Gráfico 4 – Acesso à escola.....	54
Gráfico 5 – Motivação para estudar na EJA.....	55
Gráfico 6 –Ingresso na EJA.....	58
Gráfico 7 – Dificuldades em sala de aula	60
Gráfico 8 – Superação das dificuldades.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAA	Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos
CEB	Câmara de Educação Básica
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CONFINTEA	Conferência Internacional sobre Educação de Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEJA	Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB	Movimento da Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAC	Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
PROJOVEM	Programa Nacional de Jovens
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL.....	29
1.1 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	29
1.2 Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos - EJA	35
<i>1.2.1 O idoso como sujeito da EJA</i>	<i>36</i>
1.3 O idoso na EJA e a prática docente	38
2 AS IMPLICAÇÕES DO ENVELHECIMENTO PARA A VIDA DO IDOSO	43
2.1 O que é envelhecer	43
2.2 O envelhecimento biológico.....	45
2.3 Os direitos sociais do idoso.....	46
2.4 O aspecto psicológico do envelhecimento.....	47
2.5 Velhice, uma construção cultural	48
3 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA A VIDA DO IDOSO	51
3.1 O que dizem os sujeitos da pesquisa.....	52
<i>3.1.1 Superação das dificuldades relacionadas ao trabalho</i>	<i>55</i>
<i>3.1.2 A escola como nova possibilidade de espaço para o idoso</i>	<i>56</i>
<i>3.1.3 A escola e o bem-estar do idoso.....</i>	<i>57</i>
<i>3.1.4 Os motivos de estudar na velhice</i>	<i>58</i>
3.2 Expectativas dos idosos ao retomarem os estudos	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	69
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA A TURMA DE EJA	71
ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	75

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se constitui como política pública educacional pela necessidade de se oferecer Educação Básica para os jovens adultos e idosos que não concluíram ou não cursaram os níveis de escolaridade na idade definida pelo MEC como “idade certa”. Atualmente, a educação de jovens e adultos possui uma identidade que os diferencia da escolarização regular, não só pela faixa etária de seus educandos, mas também por questões sociais, culturais e econômicas.

Assim, o presente trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo as principais contribuições da educação para a vida do idoso.

O interesse pelo tema surgiu a partir das reflexões e vivências de três alunas do curso de Pedagogia da PUC Minas, provenientes de famílias de pais analfabetos, oriundos de uma época em que a escola era reservada às pessoas de famílias das camadas mais privilegiadas da sociedade. Esses homens nascidos entre as décadas de 1920 a 1940 viveram uma época em que, no Brasil, de acordo com Bomeny (1992), a educação apresentava um quadro crítico do ponto de vista do acesso e da permanência das crianças na escola. Era precária a oferta de ensino público à população em idade escolar. O Censo de 1940 deixou isso mais claro, ao revelar que a taxa de analfabetismo do país batia em 56,17% da população com idade superior a 15 anos.

Esses pais, moradores da zona rural de cidades do Norte de Minas, cresceram em um cenário de pobreza, permeado por todo tipo de escassez e abandono do Estado no que se refere à alimentação, saúde, educação. Desejando um futuro melhor para os filhos, tiveram que abandonar a terra natal e sair em busca de melhores condições de vida para suas famílias em Belo Horizonte.

Já na Capital, ingressaram no mercado informal de trabalho, pois não possuíam qualificação profissional. O “milagre econômico” brasileiro na economia urbana e a revolução verde atuando sobre a ocupação e o emprego no campo fizeram com que os lavradores do Nordeste mineiro procurassem os destinos urbanos na região Sudeste. Os trabalhadores eram requisitados para um mercado que exigia pouca escolaridade, dispensando capacitação prévia e registros anteriores na carteira de trabalho.

Depois de várias décadas de vida dedicadas a uma incessante jornada de trabalho e desafios de toda natureza, chega a tão sonhada aposentadoria. Porém, tais homens, outrora rudes e calejados pelos desafios impostos pela vida, se transformaram em homens encantados pelas letras, quando descobriram, já na velhice, ainda ser possível a realização de um sonho acalentado desde a infância: o de aprender a ler e a escrever. E desse modo sentiram que estavam inseridos no mundo, pois nessa perspectiva Freire (1980) destaca que “minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere”. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História.

A partir desse momento, esses pais tiveram o espírito renovado, contrariando a concepção de improdutividade destinada àqueles que chegam à aposentadoria, enxergando, pela Educação de Jovens e Adultos, oportunidades de se apropriar do espaço escolar. Ali se viram envolvidos com o cotidiano da instituição, fizeram amizades, contaram suas histórias e ouviram as de outros, vasculharam a memória em busca de fragmentos de sua própria história e se reinventaram com mais leveza, longe das pressões e dos compromissos que têm quando são responsáveis pela provisão de uma casa.

Como embasamento teórico para a realização deste trabalho, buscamos o amparo nas leituras de Paulo Freire (1980;1991;1996); Minayo (2011); Miguel Arroyo (2005); Juarez Dayrell (1999); Haddad e Di Pierro (2000); Mosqueras (2012) e Leôncio Soares (2002).

Em razão das experiências pessoais mencionadas acima, esta pesquisa teve como objetivo compreender as contribuições da escolarização na velhice para a vida do idoso.

De forma específica, objetivamos (i) Identificar os motivos que levam os idosos a retornarem ou iniciarem os estudos; (ii) Verificar as possíveis alterações ocorridas em suas vidas em função do retorno a escola; (iii) Relatar as possíveis contribuições da educação para a vida do idoso.

A metodologia

A metodologia usada nesta pesquisa foi de cunho qualitativo. “O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que

os humanos fazem durante suas vidas” (MINAYO, 2008, p. 57). A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que estão sendo investigados, via de regra, por meio do trabalho intensivo de campo.

Para Gil (1999), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação.

Instrumentos de coleta de dados

Na coleta de dados recorreremos à entrevista semiestruturada e ao questionário.

Entrevista semiestruturada

A proposta inicial desta pesquisa era trabalhar com o método história de vida. A história de vida fornece ao pesquisador dados que podem evidenciar como, ao longo do tempo, se constituiu a personalidade do sujeito pesquisado (QUEIROZ, 1988). No início, a utilização do método história de vida foi realizado com um idoso, mas, durante o processo de gravação, percebeu-se que esse método não seria o mais adequado, pois, ao transcorrer os relatos, o sujeito retratava mais aspectos referentes ao cotidiano de sua vida interiorana e suas relações familiares. Portanto, a fim de preservar o tema pesquisado, foi preciso alterar o instrumento de coleta de dados para outro que atendesse melhor os objetivos desta pesquisa.

Desse modo, optamos por trabalhar com a entrevista semiestruturada que, de acordo com Triviños (1987, p. 146), tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. A entrevista foi composta de 13 questões abertas (APÊNDICE A).

A realização da entrevista contou com recursos de gravação de áudio num encontro previamente agendado, em uma tarde de sábado, na casa do entrevistado que optamos por chamar de Sr. José.

Os dados coletados em campo foram tabulados e analisados, sendo separados por análise categorial que, conforme Bardin (2011), consiste no desmembramento do texto em categorias agrupadas analogicamente.

A opção pela análise categorial se respalda no fato de que é a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, por meio de dados qualitativos. Portanto, a interpretação dos dados se deu pelo método análise de conteúdo.

Quanto ao tratamento inicial dos dados coletados, foi realizado tendo em mente o objetivo inicial deste trabalho: compreender os benefícios, para o idoso, de estudar na EJA. Dessa forma, foram analisadas as falas do sujeito, em que sobressaíram elementos que mais retratam essa questão. Ou seja, palavras ou expressões significativas ao conteúdo (MINAYO, 2010).

Com base na análise dos dados, foram identificadas as seguintes categorias: emancipação, a descoberta da autoestima e a prática da socialização.

Questionário

Para respaldar os dados encontrados na entrevista realizada com o senhor José, considerou-se necessária a aplicação do questionário (APÊNDICE B) em uma turma de EJA do Ensino Fundamental de uma outra escola da rede municipal de ensino.

Esta escola oferece três turmas da EJA, sendo uma de alfabetização e duas de certificação. A EJA é destinada àqueles que desejam retornar ou iniciar os estudos e, por isso, é trabalhada numa estratégia diferenciada. Tem como pretensão criar situações de aprendizagem que proporcionem ao aluno o desenvolvimento de habilidades socialmente significativas, visando à construção de identidades solidárias, autônomas, competentes e responsáveis, estimulando os jovens a continuar aprendendo de forma autônoma e crítica e, a partir daí, que possam exercer sua cidadania e suas atividades profissionais, numa sociedade em constante transformação.

A proposta pedagógica desenvolvida na escola para a Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental é feita por adesão e é oferecida de forma presencial, quatro dias por semana, de segunda a quinta-feira, no horário de 17h30min às 21h00min horas. São três turmas unidocentes. Atualmente, estão matriculados cerca

de 50 alunos, porém a frequência é de 30% desse número. As matrículas podem ser feitas em qualquer época do ano, bem como a prova de certificação.

São exigidas 240 horas/aula no mínimo para a certificação. São exigidos também 60% dos 100 pontos distribuídos em cada disciplina. As avaliações acontecem semestralmente e os pontos também são distribuídos em trabalhos e participação. Os alunos que não alcançam 60% podem fazer recuperação. Se, mesmo assim, não alcançarem a meta, é oferecido o que a escola chama de OER - *Open Educational Resources*. O tempo médio para a certificação é de 3 a 4 anos. São utilizados inúmeros recursos para manter os alunos frequentes.

O questionário foi aplicado em contexto coletivo para dez alunos. Quatro alunos que não eram alfabetizados necessitaram da ajuda das pesquisadoras para o preenchimento das respostas.

Segundo Gil (1998), o questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

O questionário é um instrumento muito importante na realização da pesquisa, mas, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), devem ser observados alguns cuidados na sua elaboração, tais como forma, a extensão, as facilidades para seu preenchimento, a clareza e a estrutura lógica, entre outros. De acordo com Gil (1998), construir um questionário consiste, basicamente, em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. Portanto, as perguntas devem ser claras e objetivas para que as pessoas consigam entender o que foi perguntado.

Sendo assim, esta pesquisa foi realizada a partir de dois instrumentos de coletas de dados, que foram essenciais para que os objetivos fossem alcançados.

Os sujeitos da pesquisa

Para responder o questionário, foram selecionados dez alunos, sendo sete mulheres e três homens, na faixa etária dos 60 aos 82 anos. O objetivo era conhecer e entender quem eram esses sujeitos, os motivos que os levaram a retornar ou iniciar os estudos, verificar as possíveis transformações que sucederam com eles em função de iniciar ou retornar os estudos, bem como relatar o perfil dos idosos que atualmente se encontram na EJA.

Para efeito de análise, cada participante recebeu as seguintes denominações: Ana, Rita, Dora, Lourdes, Josefa, Carminha, Maria, Antônio, Joaquim e Nicolau, e assim se caracterizam:

- (i) Ana é aposentada e cursou o Mobral por 3 meses, mas teve que abandonar os estudos para trabalhar. Segundo ela, após entrar na EJA, melhorou muito sua autoestima, frequenta grupo de ginástica e anda sozinha de ônibus.
- (ii) Rita é aposentada, nunca estudou e, quando ouviu no rádio que a escola oferecia educação para adultos, resolveu estudar e sonha em ter o diploma de conclusão do Ensino Fundamental.
- (iii) Dora é aposentada e estudou o primeiro ano do curso primário. Ela disse que os pais não a deixaram continuar os estudos. Hoje, com incentivo dos filhos, ela voltou a estudar e tem o sonho de montar seu próprio restaurante.
- (iv) Josefa é aposentada, nunca estudou e começou a estudar por indicação de vizinhos. Os filhos e o marido a incentivam e ela tem o sonho aprender a ler e a escrever.
- (v) Lourdes é aposentada, os pais não a deixavam estudar, pois tinha que trabalhar desde cedo. Hoje toda a sua família incentiva os seus estudos.
- (vi) Carminha é aposentada, estudou até a 5ª série. Os filhos e os netos incentivam muito esse retorno, pois uma das suas filhas estudou na EJA. Ela tem o sonho de continuar os estudos até fazer uma graduação e ser advogada. Ela acha necessário que a EJA seja mais divulgada para alcançar um número maior de pessoas.
- (vii) Maria, pensionista e aposentada, estudou até a 6ª série e tem o apoio e o incentivo da família. Seu sonho é escrever um livro.
- (viii) Antônio é aposentado, cursou o primeiro ano do ensino fundamental. Por motivo de trabalho, abandonou a escola, sua esposa e filha incentivam muito seus estudos.
- (ix) Joaquim é empreendedor, tem uma filha formada em medicina, e parou várias vezes os estudos. Agora, com o incentivo da família, frequenta a EJA e tem o sonho de ser mecânico.

- (x) Nicolau é aposentado, estudou até o 4º ano e parou de estudar para trabalhar. Por iniciativa própria, retornou para escola e frequenta a EJA por incentivo da filha. E fala que sonha ter seu próprio negócio.

Este trabalho de pesquisa de conclusão de curso está distribuído em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “Contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos EJA”, retrata essa modalidade de formação com a finalidade de situar os motivos que levaram os sujeitos desta pesquisa a estudarem na idade adulta.

No capítulo dois, intitulado “As Implicações do Envelhecimento para a Vida do Idoso”, buscou-se elucidar os aspectos referentes ao crescimento progressivo da população idosa, um fenômeno relativamente novo no Brasil, e analisar as possíveis alterações relacionadas aos aspectos físicos, biológicos e psicológicos pelos quais essas pessoas passaram ao longo da vida.

O capítulo três, intitulado “As Contribuições da Educação para a Vida do Idoso”, destaca as vivências e os sentimentos dos idosos que estudam na idade adulta. O objetivo é dar voz a esses sujeitos através de suas reflexões sobre a escola, o que é destacado por meio de suas falas em alguns trechos ao longo desse capítulo.

Para concluir, apresenta-se uma discussão sobre os resultados obtidos na análise dos dados coletados, tendo como objetivo verificar se os objetivos desta pesquisa foram alcançados.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

Este capítulo tem com o objetivo retratar e contextualizar essa modalidade de formação situando os motivos que levaram os sujeitos desta pesquisa a estudarem na idade adulta.

1.1 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Na época da colonização do Brasil pelos portugueses, os jesuítas se dedicavam a alfabetizar (catequisar), a princípio, os indígenas com a intensa ação de inculcação e de propagação da fé católica, a fim de difundir a cultura dos países da Europa colonizadora. Esse trabalho era organizado nas Missões instaladas pelos padres jesuítas próximas às aldeias indígenas. De acordo com Haddad e Di Pierro:

A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.108/9).

Porém, com a chegada da família real e, conseqüentemente, a expulsão dos Jesuítas no século XVIII, esse trabalho é interrompido. Segundo Haddad & Di Pierro, somente no Império voltamos a encontrar informações sobre ações educativas no campo da educação de adultos. A Constituição de 1824 afirmou a garantia de uma instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, portanto também para os jovens e adultos. Porém, na prática, isso não aconteceu de fato, pois a educação era voltada para aqueles considerados cidadãos, ou seja, uma pequena parte da sociedade pertencente à elite econômica brasileira.

Somente a partir da Constituição Federal de 1934 é que o ensino foi institucionalizado como direito de todos e dever do Estado e oferecido para adultos. Desse modo, a Educação de Jovens e Adultos passou a delimitar seu lugar na história da educação de ensino público primário gratuito e obrigatório.

Na década de 1940, havia um grande número de analfabetos no País. Essas pessoas eram vistas de maneira preconceituosa, como sendo a causa e não a consequência dos problemas sociais e econômicos existentes no Brasil (ARAÚJO;

COSTA, 2010). Por esse motivo, o governo instaurou uma Política Nacional de Educação. No entanto, o interesse real era oferecer mão de obra qualificada para o mercado de trabalho que estava em crescente expansão com o processo de industrialização do país. O pensamento político pedagógico no final da Primeira República está associado aos processos de mudança social próprio ao início da industrialização e à aceleração da urbanização no Brasil (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Em 1945, Lourenço Filho destaca a necessidade da universalização da educação elementar. Nesse cenário de pós-guerra, foi criada a ONU - Organização das Nações Unidas, com o objetivo de organizar ações direcionadas a temas como educação, ciência e tecnologia.

Através da campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947, abre-se a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil (COLAVITTO; ARRUDA, 2014). Nessa época, cria-se o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA) voltado ao ensino Supletivo. Seguindo orientações da ONU aos países com alto índice de analfabetismo, o governo lança a 1ª Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Nesse mesmo período, é realizado o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos e, posteriormente, em 1949, o Seminário Interamericano de Educação de Adultos.

Nos anos 50, com base na proposta de Paulo Freire, é promovida uma educação conscientizadora fundamentada em seu trabalho realizado na cidade de Angico, em Pernambuco. Freire teve uma participação no desenvolvimento comunitário cultural e educacional, priorizando uma educação de qualidade para todos, fez com que a educação de adultos ganhasse destaque na sociedade ao realizar uma Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) e, na década de 1960, o Movimento da Educação de Base (MEB) (VIEIRA, 2004).

Já em 1964, com o Golpe Militar e o exílio de Paulo Freire, a educação sofre um grande retrocesso, passando a ser assistencialista e comunitária. Logo após, em 1967, o governo militar cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o intuito de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada.

Na década de 70, destaca-se no país o ensino supletivo, criado em 1971 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 5.692/71) (BRASIL, 1971). Segundo Aranha (2006), nessa legislação, a Educação de Jovens e Adultos teve um capítulo próprio, que apresentava as condições básicas para a consolidação da

Educação Supletiva. Nos anos 80, a Nova República extingue o MOBRAL e cria a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), vinculada ao Ministério da Educação, que ofertava apoio técnico e financeiro às iniciativas de alfabetização existentes, promovendo a formação e o aperfeiçoamento dos educadores, produzindo o material didático, supervisionando e avaliando as atividades (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Durante o processo de redemocratização do país em 1988, com a elaboração da Constituição Federal do Brasil, foi instituído o ensino gratuito para jovens e adultos. No entanto, a legislação só contemplava as crianças de sete a quatorze anos e deixava de lado os que não tiveram acesso à escola até a idade adulta.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996); educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Ainda nesse contexto, a UNESCO lança a campanha contra o analfabetismo no Brasil e vários representantes de entidades governamentais e autônomas se reuniram em São Paulo para a organização desse evento e o ano de 1989 foi eleito o Ano Internacional da Alfabetização. Nesse mesmo ano, foi criada a Comissão Nacional de Alfabetização e, no ano seguinte, 1990, foi lançada a Declaração Mundial sobre Educação para todos. Nesse mesmo ano, foi extinta a Fundação Educar e proposto o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC).

Ocorreram, ainda, os Fóruns sobre educação, vindo esses a ser um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro - uma reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da Conferência Nacional de Educação. Destacam-se nele as seguintes características:

- a) Participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política nacional de educação;
- b) Acompanhar, junto ao Congresso Nacional, a tramitação de projetos legislativos referentes à política nacional de educação, em especial a de

projetos de leis dos planos decenais de educação definidos na Emenda à Constituição 59/2009;

- c) Acompanhar e avaliar os impactos da implementação do Plano Nacional de Educação;
- d) Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das conferências nacionais de educação; etc.

Somente em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 é que se reafirma o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico, cabendo ao poder público sua oferta gratuita. Essa lei estabelece como responsabilidade dos entes federados, ou seja, da União, dos Estados e dos Municípios essa oferta, seguindo a identificação e mobilização da demanda, com garantia ao acesso e à permanência (BRASIL, 1996), conforme disposto nos artigos 37 e 38, que definem a estrutura e a duração dos cursos.

No ano de 1997, em Hamburgo, na Alemanha, realizou-se a V CONFINTEA (Conferência Internacional sobre Educação de Adultos). Segundo Vieira (2007), a conferência representou um marco significativo não apenas pela sua representatividade, mas pela reafirmação de compromissos formais com o desenvolvimento da educação de jovens e adultos. O Brasil assinou diversos compromissos públicos, dentre eles o de participar da estratégia regional para ampliar a qualidade da educação de pessoas jovens e adultas no país.

Em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, lançando, então, o Programa Brasil Alfabetizado, nele incluídos o Projeto Escola de Fábrica, visando à erradicação do analfabetismo e à elevação dos índices de escolarização da população, tais como: Projeto Escola de Fábrica (2004), PROJOVEM (2005) e PROEJA (2005).

Já em 2007, o Ministério da Educação (MEC) aprova a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), passando todas as modalidades de ensino a fazer parte dos recursos financeiros destinados à educação (BRASIL, 2007).

Com o intuito de reparar as falhas nas legislações anteriores, o Parecer nº 11/2000 regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais, para que o ensino da EJA tenha uma função não só de suprir a escolaridade, mas também uma função reparadora, como a diminuição da idade para ingresso na EJA. Esse parecer

aprovado pela Câmara em maio/2000 foi um importante documento para se entenderem os processos de alfabetização e escolarização de jovens e adultos no país.

Em 2014, o Congresso Federal sancionou o PNE - Plano Nacional de Educação com o objetivo de traçar diretrizes e metas para a melhoria da educação no Brasil. Esse documento dedica o capítulo 5, seção III, à Educação de Jovens e Adultos, a partir de um diagnóstico da realidade da educação nacional. Ele estabelece, portanto, as diretrizes a serem seguidas, traça metas e objetivos a serem alcançados ao longo de dez anos. O PNE visa atingir, em 5 anos, 50% da população de analfabetos acima de 15 anos, para a população que se encontra no primeiro segmento do Ensino Fundamental, e 5 anos a garantia do segundo segmento para aqueles que tinham concluído o primeiro.

O plano traz também, no item IV, indicadores estatísticos da situação da EJA em todo o país. Esses dados são levantados pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios), de 1996. Segundo esses dados, o índice de analfabetismo mudou de 14,7% para 13,3% em 2000. Mesmo assim os índices ainda continuam altos, quando deparamos com um quadro de 34,1% da população brasileira acima de 20 anos, e mais idade, analfabetos funcionais ou que tenham no máximo quatro anos de escolarização.

A Resolução do CNE (Conselho Nacional de Educação) / CEB (Conselho Educação Básica) de 03/07/2000 estabelece e institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares do Ensino Fundamental e Médio.

Em 2014, o Congresso Federal sancionou o PNE - Plano Nacional de Educação com o objetivo de traçar diretrizes e metas para a melhoria da educação no Brasil. Esse documento dedica o capítulo 5, seção III, à Educação de Jovens e Adultos, a partir de um diagnóstico da realidade da educação nacional. Ele estabelece, portanto, as diretrizes a serem seguidas, traça metas e objetivos a serem alcançados ao longo de dez anos. O PNE visa atingir, em 5 anos, 50% da população de analfabetos acima de 15 anos, para a população que se encontra no primeiro segmento do Ensino Fundamental, e 5 anos a garantia do segundo segmento para aqueles que tinham concluído o primeiro.

Em 2015, taxa de alfabetização de jovens e adultos com 15 anos ou mais deveria ser de 93,5%. Até 2024, o Plano Nacional pretende erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir a 13,5% a taxa de analfabetismo funcional no país. A meta é reduzir para 6,5% a taxa de analfabetismo. Os números indicaram uma taxa de 92% de alfabetização, enquanto a meta era de 93,5%. Quanto ao analfabetismo funcional, os resultados apontam para uma taxa de 27%.

A meta não foi cumprida porque não conseguiu atingir a taxa em 2015 e o mesmo não aconteceu em 2017, ficando ainda 0,5 pontos percentuais abaixo da meta de 2015 e 7 pontos abaixo da meta para 2024. Ainda há um grande número de desigualdade entre as taxas de analfabetismo funcional dos 25% dos mais ricos e dos 24% dos mais pobres em 2016.

Entendendo-se, por assim dizer, a função reparadora da EJA, restaurando um direito negado, o direito de uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento de igualdade de todo e qualquer ser humano.

Também foram realizados quinze ENEJAs (Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos), que aconteceram em diferentes cidades do Brasil, com o objetivo de promover debates em torno de questões sobre a Educação de Jovens e Adultos, para a construção de políticas públicas que visam à melhoria da qualidade do ensino.

Vale aqui ressaltar a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), criada em 2004, no governo do presidente Lula. Sua função era garantir políticas públicas para a EJA, além de promover a diversidade e combater a discriminação relacionada a questões de raça, cor, etnia, origem, posição econômica e social, gênero, orientação sexual, deficiências, condição geracional e outras identificadas como condições existenciais favorecedoras da exclusão social (SOUZA, 2019).

A secretaria foi extinta pelo Decreto nº 9.465, de dois de janeiro de 2019, sancionada pelo presidente Jair Messias Bolsonaro. Após a posse do novo ministro da Educação, o professor Ricardo Vélez Rodrigues, o setor será desmontado com o objetivo de banir das escolas temas como diversidade, direitos humanos e educação étnico-racial e, no lugar, dever surgir uma estrutura para cuidar de educação especial, educação de jovens e adultos, ensino rural e escolas para indígenas e quilombolas.

Segundo especialista da educação, esta ação constitui um retrocesso no campo dos direitos educacionais e mostra-se como uma medida que vai na contramão do reconhecimento da diversidade, da promoção da equidade e do fortalecimento da inclusão no processo educativo.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do atendimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado (BRASIL, 1996).

Até então, o que se viu foi a criação de programas, a curto prazo, que contemplavam uma concepção compensatória de ensino na qual a idade adequada para aprender é a infância e a adolescência e que a função prioritária ou exclusiva da educação de pessoas jovens e adultas é a reposição de escolaridade perdida na “idade adequada” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 70). A escola deveria articular os conhecimentos prévios desse aluno através de um currículo dinâmico e funcional que atendesse os projetos de vida do educando.

1.2 Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos - EJA

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) possuem, atualmente, uma identidade que os diferencia dos alunos da escolarização regular, não só pela faixa etária, mas também por questões sociais, culturais e econômicas. Quem estuda nessa modalidade está em busca de realizar vários sonhos como: um emprego melhor, uma boa qualificação, aumento de sua autoestima e realização pessoal de tudo que foi deixado de viver por falta do conhecimento escolarizado. Na busca de uma educação ainda que tardia, os alunos da EJA deveriam ter seus conhecimentos prévios considerados, de forma que a escolarização sirva para ajudá-los a ampliar seu processo de alfabetização e transformar sua visão crítica de mundo. Como salienta Dayrell (1996):

Os alunos que chegam à escola são sujeitos socioculturais, com um saber, uma cultura, e também com um projeto, mais amplo ou mais restrito, mais ou menos consciente, mas sempre existente fruto das experiências dentro de um campo de possibilidade de cada um. A escola é parte do projeto dos alunos (DAYRELL, 1996, p. 144).

O ensino deve ter como pressuposto as habilidades que esses sujeitos possuem, com base em suas histórias de vida, que antecede sua inserção na escola. Freire destaca que alfabetizar um adulto da mesma forma que se ensina uma criança é desrespeitar esse sujeito de direito que tem um conhecimento e um letramento a partir de suas vivências. Essas experiências irão contribuir de forma significativa para compreender e aprender novos conhecimentos necessários ao processo de alfabetização. Conforme descreve Freire:

Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar (ou melhor, dito: a quem queremos ajudar a educar-se) (FREIRE, 1980, p. 33-34).

1.2.1 O idoso como sujeito da EJA

De acordo com Rodrigues (2014), quando olhamos para o passado, podemos perceber o quanto é necessário conhecer a História da Educação no Brasil para que possamos viver o presente com um olhar no futuro. Entende-se que vários aspectos de ordem socioeconômica, cultural, política e educacional levaram, em algum momento, as pessoas que hoje atingiram a velhice a se afastarem das escolas.

Diante disso, a Constituição Federal de 1988 – CF/88 definiu como responsabilidade do Estado as políticas públicas e a proteção social à Educação de Jovens e Adultos, porém não faz referência específica ao público idoso.

Segundo a UNESCO, no último censo (2017), a população idosa no Brasil está aumentando a cada ano. Partindo desse pressuposto, é necessário estabelecer políticas públicas que garantam ao idoso direitos e qualidade de vida.

O perfil do idoso brasileiro, lentamente se modifica, dentro de um novo olhar de velhice, emergindo outra representação social, um idoso mais ativo, participativo, conhecedor de seus direitos, integrado socialmente (OLIVEIRA, 2009, p. 2).

Nessa perspectiva, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) dispõe, no Capítulo 5, nos artigos 20 até 25, o direito do idoso à educação, respeitando as peculiaridades de sua idade. O documento estabelece que seja dever do Poder Público a obrigatoriedade de criar oportunidades de acesso e permanência desse sujeito nas instituições de ensino, ampliando as possibilidades e respeitando os

saberes e os conhecimentos desses alunos que chegam com uma bagagem de experiência e saberes que não podem ser negados.

Esses sujeitos são excluídos desse direito por alguma razão, portanto cabe à EJA não repetir essa exclusão. Esses alunos chegam à EJA em busca de superar suas dificuldades, com anseios relacionados à possibilidade de terem oportunidades positivas em relação à escola, com objetivos variados a serem alcançados.

O Brasil, que, no cenário mundial, sempre se configurou como um país de população jovem, viu essa situação se transformando nas últimas décadas, com a diminuição considerável da taxa de natalidade e um acentuado declínio das taxas de mortalidade entre os idosos. Segundo assinalam as expectativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até 2055 o número de pessoas com mais de 60 anos superará o de brasileiros com até 29 anos de idade. Sabe-se que esse incremento da longevidade populacional não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, mas trata-se uma questão global, como afirma Fernández-Ballesteros,

Permanecemos mais ativos e melhores que no tempo de nossos pais e nossos avôs. E isso é devido ao progresso da Medicina, Farmácia, entre outras Ciências, e também a melhoras educacionais e socioeconômicas, de condições de vida (FERNÁNDEZ-BALLESTEROS apud MOSQUERA, 2012, p. 14).

Diante desse salto na expectativa de vida que alcançou a população brasileira, tornou-se urgente a criação de políticas públicas que dessem visibilidade aos direitos dos idosos, assim como mecanismos que regulassem os deveres do estado e da família para com essas pessoas.

O Estatuto do Idoso foi criado pela Lei nº 10.741, em 1º de outubro de 2003, quando o Brasil tinha 15 milhões de idosos. Esse Estatuto trouxe legitimidade para o que já assegurava a Lei Federal nº 8842, de 04 de janeiro de 1994 e a Constituição Federal de 1988 no que se refere aos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta às pessoas com mais de 60 anos. Atualmente, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil conta com cerca de 29,6 milhões de idosos. Portanto, quase o dobro de quinze anos atrás.

Ao longo de 118 artigos, o Estatuto do Idoso trata de questões fundamentais, desde garantias prioritárias aos idosos, de aspectos relativos a transporte, passando pelos direitos à liberdade, à respeitabilidade e à vida. Além de especificar as funções das entidades de atendimento à categoria, o documento discorre sobre as questões

de educação, cultura, esporte e lazer, sobre os direitos à saúde, através do SUS, sobre a garantia ao alimento, a profissionalização e o trabalho, a previdência social, os crimes contra eles e a habitação, tanto em ações por parte do Estado, como da sociedade.

Dessa forma, a lei reconhece o processo de envelhecimento como algo inerente à dignidade humana. O capítulo V do Estatuto do Idoso, no artigo 22, destaca que

Os currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal deverão prever conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, a fim de contribuir para a eliminação do preconceito, sendo que o poder público deverá apoiar a criação de universidade aberta para pessoas idosas e incentivar a publicação de livros e periódicos em padrão editorial que facilite a leitura (BRASIL, 2003).

Diante disso, fica evidenciado que o acesso à educação pela pessoa idosa parte da premissa de que lhe seja proporcionada uma educação com conteúdos que atendam suas especificidades com equidade. Os idosos que existem hoje no país têm uma vida ativa, viajam, consomem produtos e serviços, são responsáveis pelo sustento de filhos e netos e alguns mantêm, ainda, atividades remuneradas, apesar de já terem se aposentado.

Mais importante que o aumento quantitativo, podemos dizer que os velhos brasileiros hoje compõem uma parte da população cuja maior parcela tem total ou parcial autonomia, capacidade de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural, desempenha papéis importantes na família e tem rendimentos próprios (MINAYO, 2011)

Nesse sentido, ao retornarem ou irem pela primeira vez para a escola, os idosos entram em contato com a leitura e a escrita, sentem o prazer de realizar coisas simples em sua rotina diária. Alguns apenas buscam companhia, depois de verem os filhos criados e a casa vazia. Eles procuram dar um novo sentido à vida e ao mundo que os cerca.

1.3 O idoso na EJA e a prática docente

A prática educacional na sala de aula da Educação de Jovens Adultos e Idosos deve contemplar ações pedagógicas que promovam uma educação de qualidade e supra suas necessidades, respeitando as características individuais de

cada aluno, levando em conta seus conhecimentos prévios e respeitando o perfil de cada um. Soares (2002) afirma que é preciso reafirmar, a todo tempo, o direito dos jovens e dos adultos à educação, sob pena de termos esse direito negado novamente ou mantido apenas na legislação, mas não efetivado de fato. Com base nisso, coloca-se o idoso na categoria de adulto, não respeitando suas especificidades cultural, social e física. O autor enfatiza também que o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às salas de aulas. Freire (1996) afirma que o professor dessa modalidade de ensino deve ser capaz de identificar potenciais do aluno para o sucesso da aprendizagem, deve ter um olhar diferenciado e sensível, pois uma de suas principais funções é trabalhar reforçando a capacidade crítica e reflexiva do aluno, aguçando sua curiosidade e potencializando sua criatividade.

Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua produção e sua construção. [...] é importante que o educador tenha consciência do processo de formação que forma, se forma e re-forma ao formar, quem é formado (FREIRE, 1996).

A despeito disso, o autor fala do saber necessário à formação docente; afirma que esse saber tem que ser compreendido pelo aluno, criando possibilidades para sua construção, e ter significado e sentido para a vida.

Ainda nessa mesma linha de considerações, Freire afirma que a educação dos adultos deve se fundar sobre a realidade cotidiana vivida por aqueles que estão aprendendo a ler e escrever, e não simplesmente sobre o desenvolvimento da capacidade de reconhecer letras, palavras e frases. Outro aspecto levantado por Freire refere-se ao fato de que a educação deve se realizar numa perspectiva democrática, libertadora, voltada para a pessoa, priorizando uma aprendizagem de colaboração e engajamento social, de forma que possa transformar sua realidade.

A importância da aprendizagem para Freire (2008) está em que o homem é o único ser que se torna capaz de aprender e que reflete sobre as condições que lhe são dadas. Afirma que aprender envolve criatividade, construir, reconstruir, constatar e realizar modificações. Isso denota que capacidades e motivações próprias e singulares do estudante têm papel primordial na ação de aprender e apreender novas informações, significados e conteúdos do meio.

Freire (2008) esclarece que o caráter da relação entre o homem e o mundo, no que diz respeito à aprendizagem, é de complementaridade. O valor disso sugere ganho para ambos, ou seja, que não há superioridade por parte do homem ou de inferioridade com relação à natureza. O mundo é uma realidade na qual o homem não sobrevive distante e inerte às relações pessoais e impessoais. Segundo o autor, o homem é um ser que se constitui nas relações com o mundo e pela sua capacidade de ser curioso. Com isso, vai se transformando e tornando-se mais hábil, mais capacitado para domínio das ferramentas necessárias no dia a dia.

[...] ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 04 horas da tarde... Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática (FREIRE, 1991).

Freire afirma que, para ser um bom educador, é necessário estudo e dedicação, é imprescindível gostar do que se faz. Ser professor é ter um papel social e político na sociedade na construção e na formação dos educandos.

O autor considera que, se há uma prática exemplar como negação da experiência formadora, é a que dificulta ou inibe a curiosidade do educando, em consequência do educador. É preciso que o educador tenha em mente que, “sem a curiosidade que o move, que o inquiete, que o leva à busca, não se aprende nem ensina”. É preciso não só estimular o aluno a perguntar, a dialogar, mas fazer parte do processo de forma crítica e participativa.

A Educação de Jovens e Adultos é um direito e não um favor, deve-se garantir o acesso com qualidade para todos os idosos, respeitando a igualdade de direito, possibilitando o pleno desenvolvimento do sujeito. Ainda de acordo com Soares, “A efetividade ‘deste direito de todos’ existirá se e somente se houver escolas em número bastante para acolher todos os cidadãos brasileiros e se desta acessibilidade ninguém for excluído” (SOARES, 2002, p. 19).

Entende-se que, para ter um ensino de qualidade e eficiente, são necessárias políticas públicas efetivas e favoráveis, que atendam a toda a demanda da população, enfatizando novas propostas de ensino que considerem não só o critério da idade, mas de forma diversificada, adequando os currículos de forma que atendam às necessidades de cada aluno, respeitando as especificidades de cada educando.

Faz-se necessário considerar a importância da formação continuada do professor, por meio de ações culturais e políticas voltadas para o reconhecimento da educação desses sujeitos como estratégia de promoção de equidade educativa e social. Em virtude dos fatos mencionados a educação de jovens adultos e idosos necessita avaliar sempre sua identidade, reelaborar seus objetivos e conteúdos de forma atender as especificidades desses alunos.

No capítulo seguinte, faremos uma discussão a respeito de alguns conceitos que possibilitaram uma compreensão do sujeito idoso, abordando as implicações do envelhecimento e o crescente aumento da longevidade no país.

2 AS IMPLICAÇÕES DO ENVELHECIMENTO PARA A VIDA DO IDOSO

Com o crescente aumento da longevidade dos brasileiros e a inclusão de alguns destes nas salas de aula, torna-se necessário que a educação escolar tenha como pressuposto valorizar a experiência e a sabedoria das pessoas idosas. Isso inclui respeitar suas limitações físicas e intelectuais, para que seja ofertado um ensino compatível com as suas especificidades.

Esse aumento no contingente de idosos é fruto das modificações ocorridas na sociedade ao longo do tempo, proporcionado pelos avanços tecnológicos e pelas políticas públicas, econômicas e sociais verificadas em todo o mundo.

2.1 O que é envelhecer

Para compreender melhor a inserção do idoso na sociedade e, conseqüentemente, na dinâmica educacional, buscou-se compreender o conceito envelhecimento, processo inerente ao ciclo de vida de todo ser, geralmente cercado de mitos, preconceitos e estereótipos.

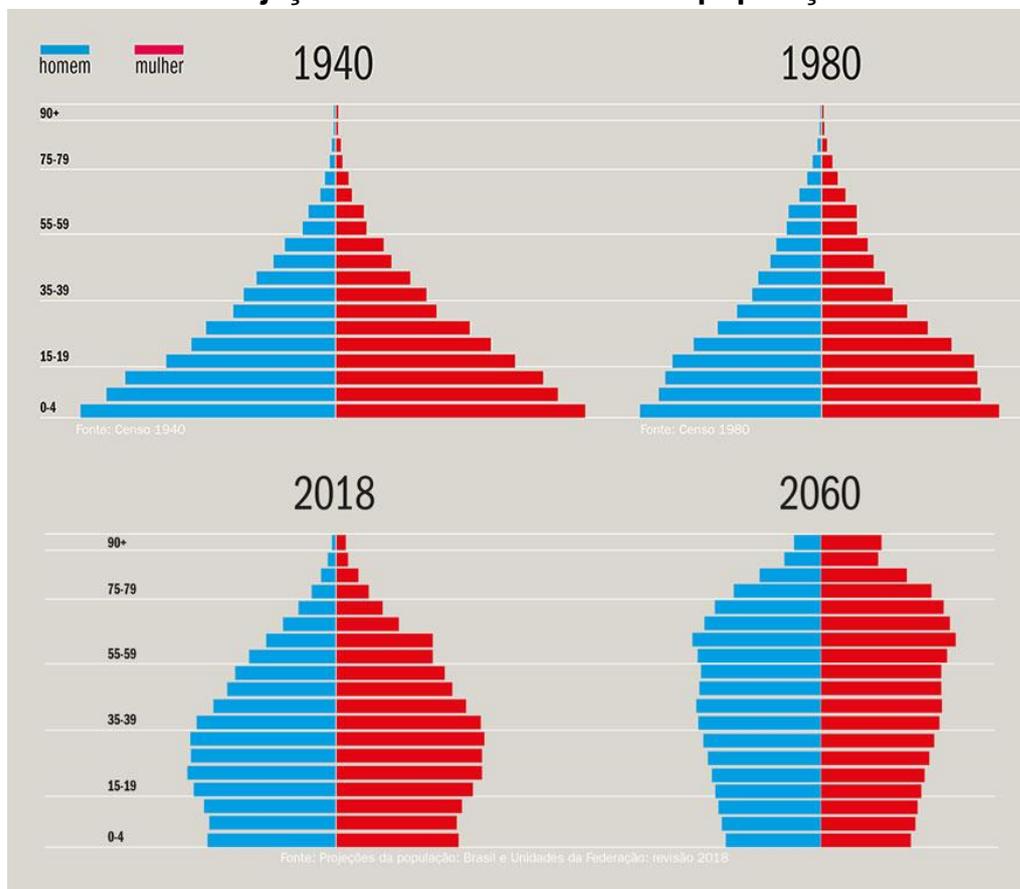
O envelhecimento, como fenômeno demográfico, é um acontecimento particularmente recente na sociedade brasileira e acompanha a queda da taxa de mortalidade e de natalidade, favorecendo o aumento da longevidade. Por causa da expressividade desse fenômeno é que se tornou importante e legítimo um sem-número de estudos que buscam compreender a velhice e o envelhecimento. (MINAYO; COIMBRA JR, 2002).

A compreensão do fenômeno demográfico relacionado ao envelhecimento torna-se importante porque aponta as evidências que justificam as estatísticas que indicam que as pessoas que nasceram no século 21 têm mais expectativas de vida que as pessoas do século passado.

Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (1984), o conceito de envelhecimento refere-se àquelas pessoas com 60 anos ou mais e atinge uma proporção de 7% do total de habitantes de um determinado lugar. Apesar disso, no Brasil, o número de idosos vem apresentando um aumento considerado ao longo desses anos. Projeções atuais indicam a existência de cerca de 28 milhões de pessoas idosas no país, número que representa 13% da população, e esse percentual tende a dobrar nas próximas décadas, segundo a Projeção da

População, divulgada em 2018 pelo IBGE. Nesse ritmo, em 2025 seremos o 6º país mais envelhecido do mundo, atrás apenas de países como o Japão e os Estados Unidos da América (IBGE, 2018).

Gráfico 1 – Projeção do envelhecimento da população brasileira



Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade>

O envelhecimento como processo não pode ser considerado algo homogêneo porque vem acompanhado de fatores inerentes a essa condição de ordem biológica, psicológica e social.

Para Costa e Porto (2001 apud ORNELLAS, 2008, p. 01), o grupo de pessoas consideradas idosas pode ainda ser dividido em três classes: idoso jovem, de 65 a 74 anos; idoso velho, de 75 a 84 anos, e idoso muito velho, acima de 85 anos”. Desse modo, o envelhecimento é considerado um processo, a velhice é definida como uma fase da vida e o idoso como o resultado final.

Com essa nova compreensão sobre o processo de envelhecimento, os idosos têm buscado se cuidar mais e muitos consomem produtos, bens e serviços que o

mercado tem disponibilizado em ampla escala para esse novo nicho de consumidores.

De acordo com Neri e Freire (2000), atualmente, percebe-se uma proliferação dos termos utilizados para se referir às pessoas que já viveram mais tempo ou à fase da vida anteriormente chamada apenas de velhice. Entre os termos mais comuns estão: terceira idade, melhor idade, adulto maduro, idoso, velho, meia-idade, maturidade, idade maior e idade madura. Dessa maneira, o uso desses termos busca enfraquecer o antigo conceito de velhice e empoderar essa nova categoria social com uma perspectiva mais positiva a seu respeito, encorajando-os a desenvolver suas potencialidades em favor da realização de seus sonhos e projetos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), envelhecer constitui mudanças complexas. No nível biológico, o envelhecimento é associado ao acúmulo de grande variedade de danos moleculares e celulares. Com o tempo, esses danos levam a uma perda gradual das reservas fisiológicas, a um aumento do risco de contrair diversas doenças e a um declínio geral na capacidade funcional do indivíduo.

Estudos recentes apontam que o aumento da longevidade do idoso é reflexo de melhorias no âmbito da saúde para a população, como tratamento de doenças, investimento em medicamentos e medicina preventiva. Envelhecer é uma experiência que implica não só em mudanças nos fatores fisiológicos e psicológicos, mas também nas mudanças intimamente associadas a fatores externos, que podem melhorar as condições de vida e favorecer a longevidade.

2.2 O envelhecimento biológico

Com o passar dos anos, é natural que ocorram modificações ou alterações no corpo humano, perdendo alguma de suas funções.

Segundo Costa & Pereira (2005), o envelhecimento biológico é um processo que se inicia no nascimento e continua até que ocorra a morte, sendo, portanto, um processo natural, que acomete o indivíduo na estrutura do corpo físico, biológico e psicológico, desencadeado ao longo da vida. Portanto, são modificações que podem ser percebidas na pele, na locomoção, na diminuição da visão e da audição etc.

Segundo Jordão Netto (1997), o envelhecimento é um processo biológico, ou seja, um processo natural marcado cronologicamente, que traz modificações

fisiológicas, mas também modificações psicológicas. Portanto, Jordão Netto afirma que o envelhecimento

é um processo natural, dinâmico, progressivo, morfológico e fisiológico. As principais alterações biológicas causadas pelo envelhecimento são: diminuição da massa muscular e da densidade óssea; perda da força muscular; deficiência da agilidade da coordenação motora do equilíbrio da mobilidade articular e das funções hepáticas e renal; maior rigidez das cartilagens, dos tendões e dos ligamentos, redução da capacidade termo reguladora, maior trabalho ventilatório aos esforços, menor número e tamanho de neurônios, queda do tempo de reação e da condução nervosa (JORDÃO NETTO, 1997, p. 47).

O Brasil vive, hoje, uma situação bastante interessante: a população de idosos cresce a cada dia. É comum encontrarmos pessoas com 80, 90 anos ou mais completamente saudáveis e autônomas, desempenhando suas tarefas diárias em pleno vigor de suas faculdades físicas, biológicas e mentais. Entretanto, alguns apresentam fragilidades comuns à sua faixa etária ou doenças controláveis por medicação. Nos últimos anos, não só a qualidade de vida dos idosos melhorou como a longevidade aumentou devido aos fatores já mencionados .

2.3 Os direitos sociais do idoso

O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, no artigo 9º, enumera como responsabilidade do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (BRASIL, 2003).

É obrigação do Estado conferir a garantia desses direitos aos idosos, bem como a elaboração de políticas públicas que propiciem o cumprimento desses direitos sociais, pois, com a diminuição da capacidade funcional desses sujeitos, surge cada vez mais a necessidade de órgãos de fiscalização que façam valer seus direitos.

Outro aspecto levantado no Estatuto do Idoso trata da responsabilização do Estado, conforme dispõe o art. 10. “É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis”. Esse artigo destaca a responsabilidade do Estado e do poder público, da sociedade e da família de fiscalização e cumprimento destas leis,

garantindo à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas públicas sociais que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade humana.

2.4 O aspecto psicológico do envelhecimento

O envelhecimento é um processo que pode ocasionar alterações e mudanças psíquicas no indivíduo. Durante esse processo, pode haver o possível aparecimento de alterações funcionais na mente do idoso. Tais alterações podem levar ao surgimento de doenças como transtornos depressivos, demência tipo Alzheimer, transtornos por uso de álcool e outras substâncias. Neri (1993) diz que as perdas cognitivas decorrentes do envelhecimento podem ser compensadas por ganho de conhecimento, pois ele atua como uma poderosa fonte de enriquecimento em qualquer época da vida. Sendo assim, manter a mente ativa auxilia na reversão no declínio intelectual.

Para que isso ocorra de fato, é necessário que a sociedade quebre alguns paradigmas da exclusão, da discriminação e do preconceito em relação à pessoa idosa, valorizando-a como sujeito pertencente ao meio social.

Algumas habilidades cognitivas podem se modificar ao longo do tempo, enquanto outras podem permanecer inalteradas, de modo que a pessoa tenha uma velhice tranquila, sem grandes alterações.

Segundo Minayo (2011), há pessoas jovens com características de rigidez e inflexibilidade próprias da velhice. Ao contrário, há idosos com mente aberta e flexível. Dessa forma alguns são considerados “jovens ou velhos” psicologicamente.

Muitos idosos praticam algum tipo de atividade física, frequentam academia de ginástica, estudam; outros realizam trabalhos remunerados para se manterem ativos ou até mesmo para complemento da renda, pois muitos são os únicos mantenedores financeiros de suas famílias. Existe também um outro grupo de idosos que leva uma vida sedentária, sem expectativa ou interesse no futuro, como se fosse o momento de esperar o fim da vida. São essas atitudes de um grupo e do outro que fazem toda a diferença no bem-estar do sujeito idoso.

Sendo assim, muitos têm uma vida social ativa, com independência, e outros não conseguem ter autonomia, mesmo sendo capazes, já que ficam à margem da sociedade e das famílias que os consideram como pesos, por não serem mais

produtivos, e tais atitudes têm consequências diretas no emocional do idoso, levando-o à baixa autoestima, ao isolamento, à depressão etc.

Segundo Pena e Santos (2006):

Quando a pessoa envelhece, existem alguns fatores psicossociais que interferem na qualidade de vida, como a perda da posição social comum após a aposentadoria, a pobreza que dificulta as condições mínimas de sobrevivência e, conseqüentemente, limita a participação dos idosos em eventos sociais, a solidão [...] tudo isso pode levar o idoso à depressão e a uma maior dependência, física e/ou psicossocial.

Os aspectos psicológicos de cada idoso vão depender da forma de interagir com os fatores externos e internos, pois a individualidade de cada um traz consequências, porque depende da maneira como ele consegue enfrentar as situações que aparecem no seu dia a dia.

2.5 Velhice, uma construção cultural

Outro aspecto importante refere-se às relações que as pessoas constroem ao longo da vida e aos papéis sociais que desempenham nos espaços sociais que frequentaram. Nesse sentido, Minayo e Coimbra Jr. (2002) esclarecem que, se, por um lado, o ciclo biológico próprio do ser humano assemelha-se ao dos demais seres vivos - todos nascem, crescem e morrem, por outro, as várias etapas da vida são social e culturalmente construídas. Aponta, também, que as diversas sociedades constroem diferentes práticas e representações sobre a velhice. A posição social dos velhos na comunidade e nas famílias e o tratamento que lhes deve ser dispensado pelos mais jovens fazem toda a diferença, pois o homem se constitui no meio e, para sobreviver, necessita produzir o meio, criando elementos culturais e valorizando os símbolos criados, conferindo-lhes um valor sagrado. Desse modo, homem e natureza caminham em uma contínua simbiose.

Nas sociedades ocidentais, de certa forma, o chegar da velhice é algo paradoxal, pois as vivências do amadurecer acompanham limitações não só do corpo, mas também do meio social, que adota uma lógica capitalista fundamentada sobre os ideais de beleza, juventude e produtividade. Nessa perspectiva, os direitos e as habilidades das pessoas idosas muitas vezes são negligenciados. A esse respeito, Pacheco (2005) declara:

[...] O medo da transformação que surge com a velhice assemelha-se um pouco ao fenômeno dos celulares. Tem-se medo de envelhecer como se tem receio de ser ridicularizado ao usar o aparelho antigo de dez anos, como os tijolões dos 'tiozinhos'. O ser humano envelhecido é-nos apresentado, pela ideologia dominante, como o aparelho ultrapassado. Fala, mas ninguém quer! (PACHECO, 2005, p. 65).

Essa etapa da vida, a despeito de quaisquer problemas relacionados à saúde, deveria ser um momento em que o idoso poderia aproveitar o tempo, livre dos compromissos e afazeres diários. A experiência de vida dessas pessoas poderia ser melhor valorizada pelo poder público, bem como pelas organizações não governamentais.

Nesse contexto, Marques e Pachane (2010) afirmam que os novos idosos estão realizando atividades que não tiveram oportunidade de realizar quando jovens. A maioria deles percebe a velhice como um momento em que não possuem mais o compromisso com o trabalho e com os filhos e que podem se colocar como prioridade, dedicando seu tempo para praticar exercícios, conhecer novos lugares e também realizar o sonho de concluir os estudos.

Dessa forma, eles estariam envolvidos em atividades sociais que favorecessem sua efetiva inserção na sociedade. Lima (1996) destaca que o envelhecimento nessas circunstâncias não mais se restringe a poucos indivíduos, estando a velhice cada vez mais presente na vida social, de tal modo que se constitui como alvo de interesses para diversas áreas do conhecimento e das políticas sociais. Com base nessa afirmação, conclui-se, possivelmente, que a velhice é um momento da vida que chegará para quase todas as pessoas. Desse modo, todos são corresponsáveis pelo seu êxito.

Levando em consideração todos esses argumentos aqui elencados, o Brasil está envelhecendo e, por isso, é necessária a garantia da criação e da execução de políticas públicas de qualidade que abranjam a todos os cidadãos.

No capítulo seguinte, serão apresentados os resultados da pesquisa com as categorias encontradas e com seus respectivos sujeitos. Para isso serão trabalhados os seguintes apontamentos: O que dizem estes sujeitos; Superação das dificuldades relacionadas ao trabalho; A escola como nova possibilidade de espaço para o idoso; A escola e o bem-estar do idoso; Os motivos de estudar na velhice; Expectativas dos idosos ao retomarem os estudos, e as considerações finais.

3 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA A VIDA DO IDOSO

Este capítulo apresenta uma discussão a respeito da percepção do idoso sobre a contribuição da escola para sua vida. As afirmações são baseadas nos dados produzidos na pesquisa realizada junto ao idoso e aos alunos da EJA de uma escola municipal de Belo Horizonte.

O entrevistado, senhor José (73 anos), aluno do primeiro ciclo de alfabetização da EJA, é aposentado, porém continua trabalhando como porteiro em um prédio da zona sul da cidade. Ele é morador da periferia da região metropolitana de Belo Horizonte, vive aqui desde os 18 dezoito anos de idade.

“Ah minha infância foi muito sofrida menina (...) nossa senhora eu sofri muito, porque eu comecei a trabalhar muito cedo porque eu não conheci meus pais nem nada, sofri muito para mim pode trabalhar porque fui criado pelas mãos dos outros e a gente tinha que tá trabalhando, tinha que (..) largava de estudar porque tinha que trabalhar não pode estudar não pode fazer nada mais, então foi uma infância muito sofrida que eu tive da minha vida.” (Sr. José)

Como muitos brasileiros, o senhor José não teve oportunidade de estudar na infância, pois, de acordo com Arroyo (2007), muitos educandos da EJA chegam com percursos truncados pela dificuldade de articular tempos de sobrevivência e tempos de escola. Esse é o primeiro contato com a escolarização.

“(..) porque de criança não pode estudar, né! Não pode entrar na sala de aula para estudar, então já velho, a gente chegar dentro da sala de aula para gente poder estudar (...) aí eu sei lá, eu senti um sonho muito realizado com isto aí (...) então tô muito feliz.” (Sr. José)

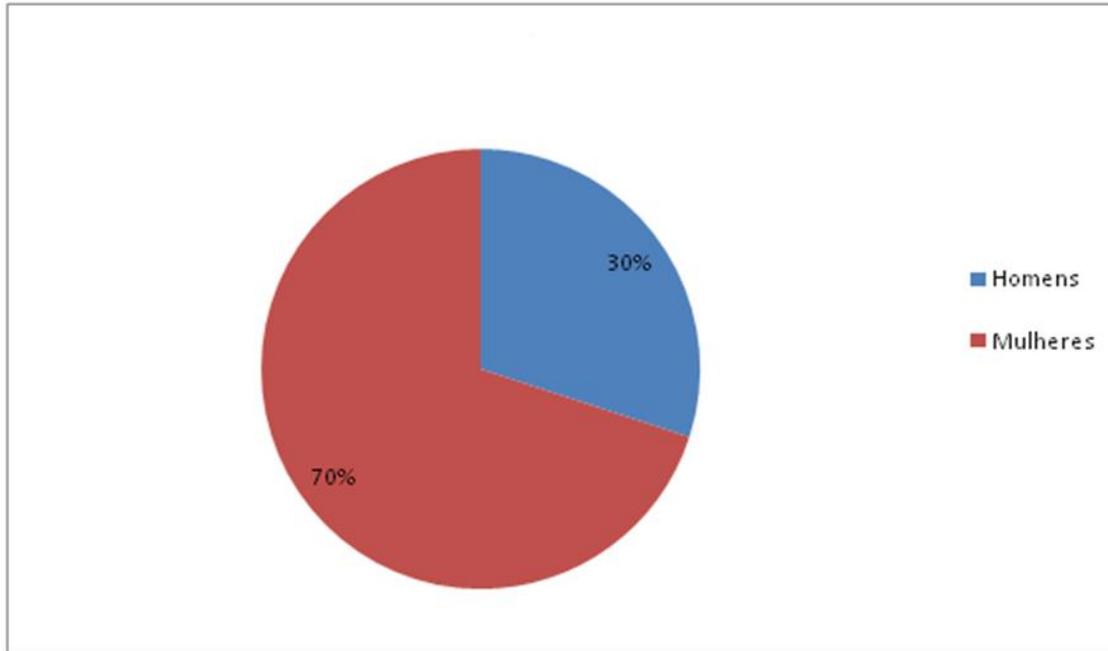
Neste momento, o senhor José pede para a esposa ir buscar o certificado de destaque acadêmico que recebeu na escola. E, muito orgulhoso, ele apresenta o documento que fez questão de colocar numa moldura.

Para o senhor José, essa é uma conquista muito importante, pois, quando chegou aqui na cidade para trabalhar, só encontrava serviço pesado na construção civil, pelo fato de não possuir qualificação profissional, devido à sua condição de analfabeto.

3.1 O que dizem os sujeitos da pesquisa

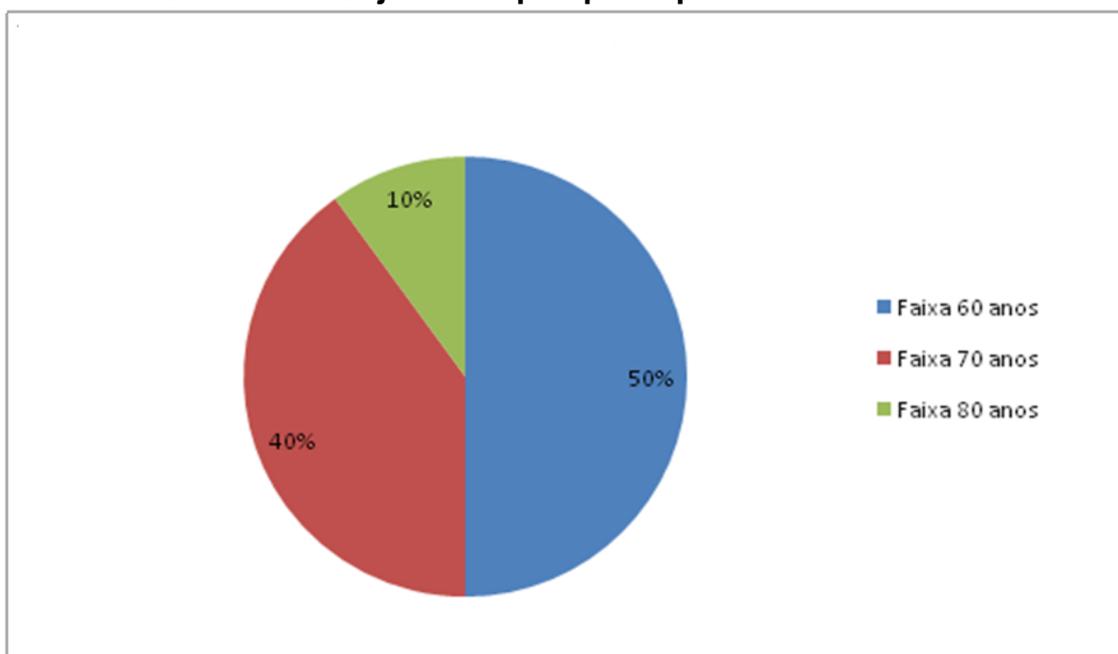
Analisando os dados sócio demográficos dos questionários respondidos, foi verificado que 70% dos respondentes da amostra são do gênero feminino e 30% do masculino.

Gráfico 2 – Sujeitos da pesquisa quanto a gênero



Fonte: Dados da pesquisa.

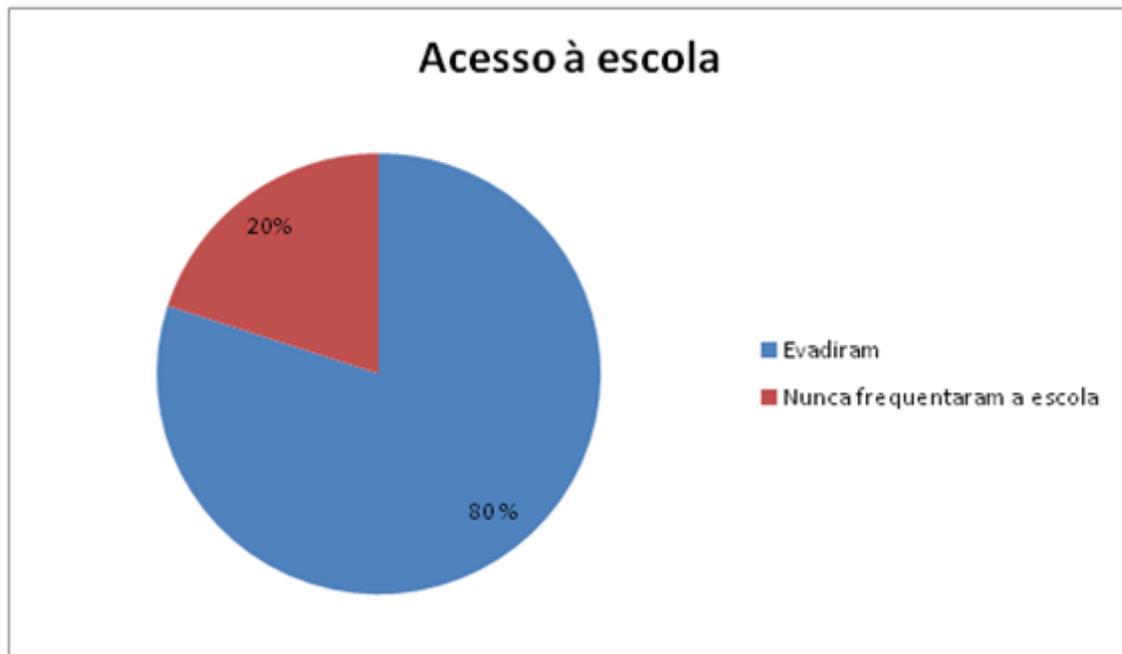
As idades variam, e os dados do questionário revelam que esses sujeitos estão na faixa etária entre 60 e 81 anos, sendo que 50% estão na faixa dos 60 anos, 40% têm 70 anos e 10% têm 80 anos, nesta última faixa temos apenas uma pessoa.

Gráfico 3 – Sujeitos da pesquisa quanto à faixa etária

Fonte: Dados da pesquisa

Todos são aposentados, mas três deles continuam exercendo alguma forma de trabalho remunerado. A respeito disso, Queiroz e Ramalho (2009) afirmam que as elevadas taxas de participação dos idosos no mercado de trabalho, inclusive dos aposentados, pode estar indicando a necessidade de manutenção do padrão de vida, a complementação da renda domiciliar, condições mínimas de sobrevivência.

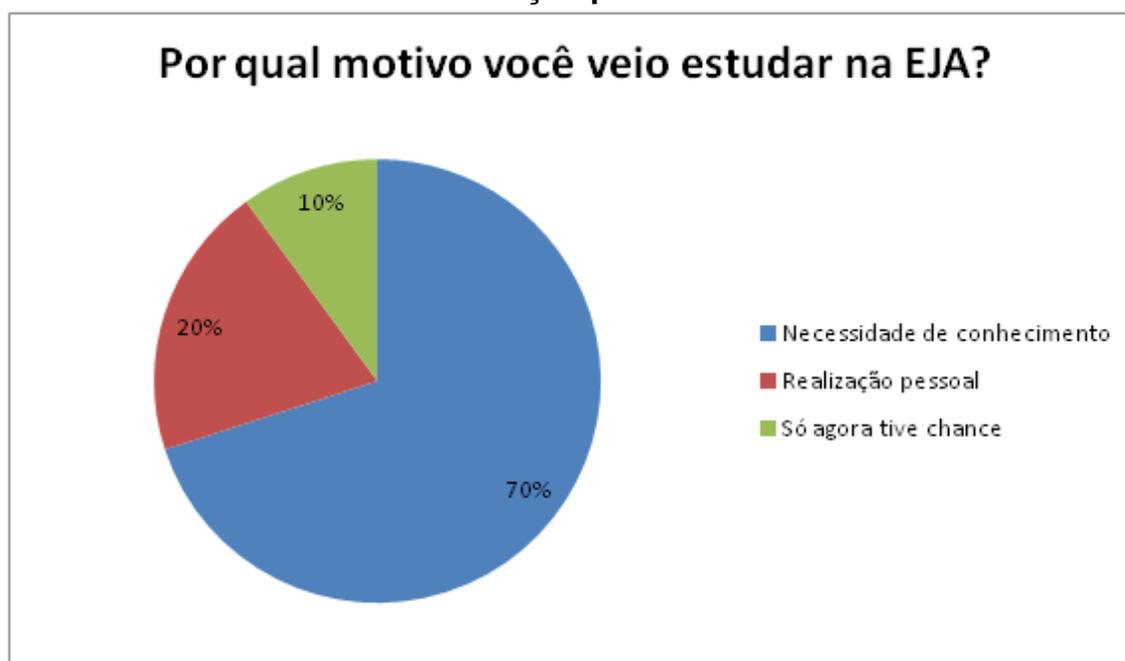
20% dos alunos relataram nunca terem frequentado a escola em nenhum momento da vida, enquanto 80% deles relataram que já frequentaram a escola em algum momento da vida e, por algum motivo, deixaram.

Gráfico 4 – Acesso à escola

Fonte: Dados da pesquisa

O trabalho foi o principal motivo para a maioria deles pararem de estudar. Corrobora o pensamento de Arroyo (1997) que afirma que uma das causas da evasão escolar encontradas entre alunos são os problemas pessoais e familiares. A necessidade de trabalhar como forma de complementar a renda familiar os leva a optarem pelo trabalho em detrimento da escola - a quase sua totalidade decide por trabalhar.

No tocante à questão “Por qual motivo você veio estudar na EJA”?, 70% dos alunos responderam “necessidade de conhecimento”, 20% “realização pessoal”, 10% disse “só agora tive chance”.

Gráfico 5 – Motivação para estudar na EJA

Fonte: Dados da pesquisa

Na questão “Como ficou sua vida após frequentar a EJA”?, 100% dos alunos disseram que melhorou a autoestima. A socialização foi citada por 60% dos alunos como um incentivo para a volta à escola na EJA.

3.1.1 Superação das dificuldades relacionadas ao trabalho

Os dados colhidos revelam que os motivos registrados pelos entrevistados para nunca terem frequentado a escola ou por manterem-se nela por um breve período estão relacionados ao trabalho infantil. Arroyo (2008) observa que a EJA tem como sujeitos as camadas rurais, os camponeses excluídos da terra e as camadas urbanas marginalizadas, excluídas dos espaços, dos bens das cidades.

Neste sentido, ambos os sujeitos, quando crianças, eram oriundos de camadas pouco favorecidas na zona rural de seus municípios de origem. Suas famílias praticavam a agricultura de subsistência, que tinha por finalidade suprir as necessidades alimentares do agricultor e de sua casa. Os dados teóricos apontam que não havia políticas públicas de educação e de inclusão dos trabalhadores na escola. Segundo Brandão,

não era sequer imaginada a possibilidade de uma criança após os seis anos (quando não antes) não ser pouco a pouco incorporada às atividades de

trabalho e produção da família. Desta maneira, existe uma complementaridade do trabalho da criança no universo familiar que conduz à autonomia no núcleo frente ao trabalho externo e à diminuição dos custos de produção nas unidades camponesas (BRANDÃO, 1994, p. 123).

Sendo assim, foi impossível para essas pessoas, quando crianças, frequentarem a escola pública, pois, além de as escolas serem escassas no Brasil, eram distantes das residências das famílias, o que dificultava mais ainda, por terem que se afastar de casa por um longo período em detrimento de suas obrigações do trabalho. Para enfatizar, o Sr. José destaca que

“Não tinha tempo para brincar, levantava às cinco horas da manhã minha fia ia até às dez / onze horas da noite e quando era ali duas horas da manhã já tava acordado de novo para ir pro engenho moer cana era sofrido demais da conta, acabava de moer cana ia pro curral tirar leite, acabava de tirar o leite levava para cooperativa, voltava e ia para roça de novo para poder cortar cana e poder puxar cana para o engenho para poder trabalhar, a vida foi (suspiro...).” (Sr. José)

Assim como ele, 90% das pessoas que responderam ao questionário afirmam que tiveram que parar ou nunca frequentaram a escola porque tinham que trabalhar e, assim, cooperar para a manutenção das despesas da família.

3.1.2 A escola como nova possibilidade de espaço para o idoso

De certa forma, para essas pessoas acostumadas desde cedo a se dobrarem às exigências do mundo do trabalho, quando chega a época da tão sonhada aposentadoria, algumas delas podem se sentir desorientadas. Sobre isto Andrade (2012) afirma que

A aposentadoria pode trazer à tona conflitos interpessoais que foram, durante muitos anos, mascarados pelas atividades ocupacionais. O desenvolvimento, o reconhecimento social e a influência dos grupos de participação são de primordial importância para a manutenção dos sentimentos de pertença engajamento a grupos específicos e de valorização pessoal (ANDRADE, 2012, p. 51).

A socialização foi citada por 60% dos alunos como um incentivo para a volta à escola na EJA. Ao longo das décadas, a configuração familiar brasileira passou por transformações significativas que alteraram o papel do idoso na sociedade. Segundo observa o entrevistado Senhor José:

*“Olha era diferente pelo seguinte, porque muitas às vezes a gente igual a mim, principalmente eu, achava que no mundo era eu sozinho. Porque na época que eu tava na roça, eu não acreditava que existia um Deus, não acreditava que existia nada (...) Então é o tipo da coisa que a gente, às vezes, a gente chega dentro da sala de aula, a gente aprende muita coisa que não é a gente sozinho, que a gente tem muita pessoa ao redor da gente que precisa da gente, que a gente precisa das pessoas também.”
(Sr. José)*

O fato de terem os filhos já criados e com suas respectivas famílias faz com que muitos idosos se sintam sós. Nesse sentido, a escola abre possibilidades de o idoso se relacionar com pessoas de várias idades, mas, principalmente, com seus pares.

3.1.3 A escola e o bem-estar do idoso

Na questão “Como ficou sua vida após frequentar a EJA?”, 100% dos alunos afirmaram que melhorou a autoestima. De acordo com essa resposta, foi possível constatar que a maioria dos alunos gosta do ambiente escolar e revelou que sente-se melhor por estar ali. Ao ser indagado sobre como ficou sua vida após estudar na EJA, o Senhor José deu a seguinte resposta:

“Ah, tô achando muito bom, (...) no tô adorando, não tô amando, viu! Porque é muito bom, viu! mexe muito com a memória da gente, ajuda muita a gente, é bom demais da conta! Nó, você nem imagina.(...) melhorou muito porque é a gente sem estudo sem nada a gente só pensa bobagem na cabeça da gente é cada coisa que passa pela memória da gente que a gente não sabe nem definir o que acontece sabe. Então melhorou muito porque aprendi conversar mais com as pessoas, dialogar mais com as pessoas porque eu antigamente eu não sabia conversar com ninguém, eu não trocava de ideia com ninguém, hoje não, sei só conversar, sei receber todo mundo bem, sei tratar todo mundo bem graças a Deus e tô muito feliz com isso aí.” (Sr. José)

Para o Sr. José, voltar a estudar trouxe muitas contribuições na sua vida social que foram capazes de ajudá-lo a melhorar em todos os aspectos da sociabilidade, tanto em família quanto no trabalho e na escola.

3.1.4 Os motivos de estudar na velhice

No item “Como você ingressou na EJA?”, 30% das pessoas afirmaram que foi por iniciativa própria, 20% por indicação de vizinhos que estudam na EJA e os outros 50%, por sugestão de familiares. No caso do Senhor José, ele afirma que foi por sugestão de familiares.

“Nem eu sabia sabe, eu entrei para escola por intermédio de empurrão da minha filha.

Ela que forçou para mim poder ir, porque como a mãe dela já estava estudando, bem primeiro do que eu, aí ela deu um empurrãozinho, aí eu peguei que saber (...) já que a minha mulher tá eu vou também. Então fui e tô mim dando muito bem graças a Deus então tô muito feliz com isso aí.” Sr. José

Gráfico 6 – Ingresso na EJA



Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados sobre o que os motiva vir para escola hoje, 50% responderam “socialização”, 40% “aprender a ler e escrever” e 10% “aprender coisas novas”. Nesse sentido Dayrell diz que

São as relações sociais que verdadeiramente educam, isto é, formam, produzem os indivíduos em suas realidades singulares e mais profundas. Nenhum indivíduo nasce homem. Portanto, a educação tem um sentido mais amplo, é o processo de produção de homens num determinado momento histórico... (DAYRELL, 1992, p. 2).

No quesito “O que sua família e seus amigos dizem a respeito da sua volta para escola?”, os dez idosos disseram que todos incentivaram e gostaram do fato de eles estarem frequentando as aulas. E o Sr. José relatou o seguinte fato:

*“Muitos acharam uma bobagem, né! Porque depois dos 70 anos, depois dos 40 anos, ir para escola, isto é um absurdo, não precisava disto mais não. Eu é que sei o lado que eu preciso. Então é por isso que tô mim incentivando na aula para eu poder estudar para mim, poder aprender alguma coisa, porque de novo eu não pude aprender nada, então a oportunidade que tenho está aí (...) então vou abraça ela de mão.”
Sr. José*

Ao responderem à pergunta “Por qual motivo você veio estudar na EJA?”, 70% dos alunos responderam “a necessidade de conhecimento”. Essa resposta revela que, ao voltarem para a escola, esses sujeitos estão em busca de conhecimentos que os faça se sentirem integrados à sociedade.

3.2 Expectativas dos idosos ao retomarem os estudos

Ao serem questionados se “Suas vivências e saberes são valorizados pela escola onde estuda”, 80% responderam que são valorizados e 20% responderam que às vezes.

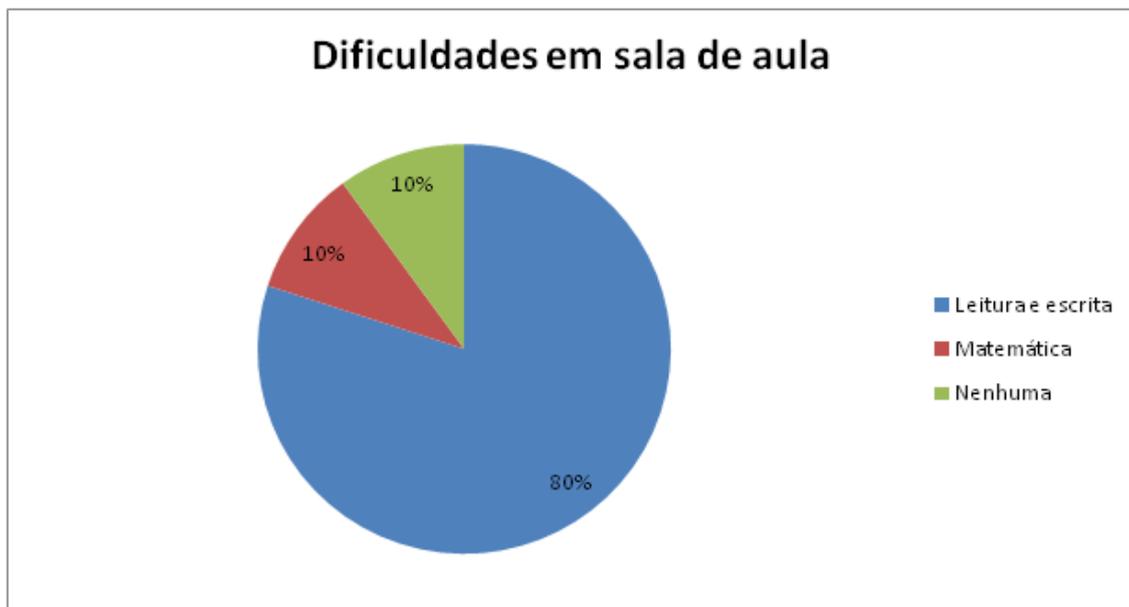
Portanto, cabe ressaltar que esses idosos, ao adentrarem em uma sala de aula sem saber ler e escrever, conservam consigo uma gama de experiências e vivências que precisam ser consideradas, pois, segundo Freire (1998), a leitura do mundo precede a leitura da palavra. O que corrobora com a análise de Arroyo, ao afirmar que:

“jovens e adultos das camadas populares passam a se sentir reconhecidos em sua dignidade humana, por meio de relações marcadas pela escuta e pelo respeito efetivo, e pouco a pouco o “acreditar-se menos” vai sendo desenrolado, questionado proporcionando o “resgate da humanidade roubada” (ARROYO, 2001, p. 118-123).

Ao serem questionados se têm alguma dificuldade na sala de aula hoje, 80% responderam que sentem dificuldade na leitura e na escrita, para 10% a dificuldade é na Matemática e 10% responderam que não têm nenhuma dificuldade. No caso do Senhor José, ele relatou que sua maior dificuldade é a Matemática. Sobre as

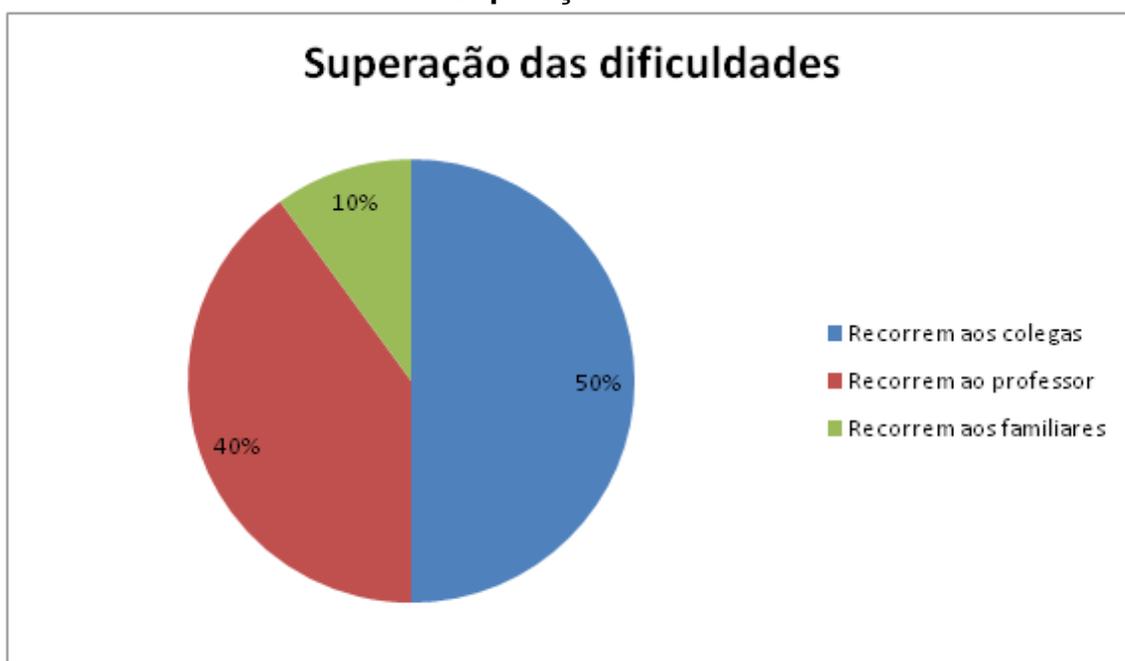
dificuldades encontradas, é importante ressaltar que, como se trata de uma clientela diferenciada, de acordo com o Estatuto do Idoso, eles deveriam ter um currículo com metodologias e material didático adaptados às suas necessidades e não serem tratados de maneira infantilizada.

Gráfico 7 – Dificuldades em sala de aula



Fonte: Dados da pesquisa

Na pergunta referente a como fazem para superar as dificuldades, 40% falaram que pedem ajuda aos professores, 50% recorrem aos colegas, e 20%, aos familiares. Esse fato revela que eles se sentem mais à vontade em recorrer a seus pares e ao professor para solucionar dúvidas das atividades escolares.

Gráfico 8 – Superação das dificuldades

Fonte: Dados da pesquisa

Quando perguntados “suas vivências e saberes são valorizados pela escola onde estuda”? 80% responderam que sim, e 20% disseram que às vezes. De acordo com Dayrell (1996).

Os alunos que chegam à escola são sujeitos socioculturais, com um saber, uma cultura, e também com um projeto, mais amplo ou mais restrito, mais ou menos consciente, mas sempre existente fruto das experiências dentro de um campo de possibilidade de cada um. A escola é parte do projeto dos alunos (DAYRELL, 1996, p. 144).

Ao chegarem à escola esses alunos trazem consigo saberes empíricos acumulados a partir de suas próprias experiências de vida, saberes estes que lhes permitiu superar os desafios impostos por uma vida de exclusão.

Na questão “Qual a importância da escola na vida de uma pessoa”? 80% responderam que a escola é importante por oferecer novos conhecimentos e 20% disseram que era para ter um certificado. Segundo D’Alencar e Andrade (2012), “A escola é vista como o “portal” para o mundo, para o reconhecimento e a ampliação da vida social, como se o fato de estar fora dela significasse exclusão do desenvolvimento e da evolução pela qual o mundo e o homem passam”. Para esses homens e mulheres, é na escola que se encontra o conhecimento genuíno.

A respeito dos sonhos dos idosos para o futuro, 90% responderam que têm e 10%, que não têm. Carminha relatou que deseja *“terminar a EJA, fazer o Enceja e o Enem, vou continuar e tenho incentivo de toda minha família.”*

Carminha é aposentada, estudou até a 5ª série, os filhos e netos incentivam muito esse retorno à escola, inclusive uma das suas filhas estudou na EJA. Carminha é uma senhora muito simpática e comunicativa, informalmente nos relatou que o principal motivo do seu retorno à escola foi para ajudar o neto que tem muitos problemas disciplinares na escola.

Na última questão, foi perguntado se eles gostariam de acrescentar mais alguma coisa, de como ficou sua vida após retornarem aos estudos. 40% se posicionaram a respeito: 10% disseram *“meu relacionamento com os amigos melhorou”*, Maria, relatou que *“gostaria de escrever um livro”*, Josefa *“relatou que aprendeu a ler e escrever melhor”* e a Carminha *“destacou que gostaria que divulgassem a EJA para outras pessoas que se encontram deprimidas para participar e socializar com outras pessoas”*.

Para os idosos desta pesquisa, após a superação de uma vida de percalços, foi possível iniciar ou retornar à escola, processo que começa com muitas expectativas positivas, despertando em cada um deles os sentimentos e desejos de se sentirem integrados nessa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, teve, ao longo desses anos, grandes conquistas no campo da legislação e de direitos. Porém, no decorrer desta pesquisa, sentimos falta de políticas públicas específicas que definem esse sujeito não como jovem ou adulto, mas que o reconheçam como idoso, tal como ele é, com suas especificidades, ocupando seu espaço em uma sociedade de direitos e deveres.

Nessa perspectiva, alunos idosos, ao longo da história, puderam, através de muitas discussões e movimentos de grupos específicos, ganhar espaço para poder exercer sua cidadania.

Assim, a inclusão de alunos idosos na Educação Básica passa a ser uma realidade na sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem. Embora esforços sejam feitos no sentido de promover a inclusão desses alunos, se observa com esta pesquisa que essa realidade está longe de acontecer.

O que se observa é a integração de alunos idosos em turmas multisseriadas que promove uma inclusão com tratamentos infantilizados, descaracterizando esses sujeitos como alguém que pensa e tem o que dizer e é capaz de aprender.

Em virtude dos fatos mencionados, esta pesquisa buscou evidenciar a importância da EJA como meio para inserir alunos idosos que foram segregados e marginalizados da escola, sendo, portanto, impedidos, de alguma forma, de terem acesso à educação escolar.

A primeira constatação foi que esses sujeitos idosos frequentaram pouco, ou nunca, a escola quando crianças. No tempo histórico de suas infâncias, nem todos os sujeitos tinham acesso à escola, devido à realidade social do país, e à necessidade de trabalho desde cedo.

Desse modo, na EJA, os idosos têm em comum essas histórias de vida, de terem sido inseridos no mercado de trabalho, mesmo que de maneira informal, desde crianças ou adolescentes, tendo sido negado a eles o direito à educação. Mesmo privados da escolarização, é preciso reconhecer que esses são também sujeitos que trazem conhecimentos e saberes, ou seja, reconhecê-los em seu “protagonismo social e cultural”, como propõe Arroyo (2005).

Na tentativa de responder à indagação desta pesquisa “Quais as contribuições da Educação para o idoso?”, os dados revelam que a grande maioria

dos sujeitos desta pesquisa apresentaram uma expectativa de volta à educação escolar, a necessidade de conhecimento e de socialização.

Dentro do cenário globalizado em que o mundo se encontra, em meio a grandes avanços tecnológicos, esses idosos têm a necessidade de estarem inseridos na dinâmica desse novo mundo, pois esse é o lugar habitado por seus filhos e netos. Dessa forma, muitos veem na escola a solução para se adaptar a essas mudanças.

Através deste estudo, pudemos perceber que a função da educação escolar foi muito além da inserção social e do ensinar a ler e escrever a esses idosos. A educação escolar desenvolveu neles uma busca de conhecimentos, como a leitura e a escrita, mas também despertou o interesse em realizações de sonhos, como escrever um livro e montar o próprio negócio.

A participação do professor como mediador no processo educacional do aluno idoso foi fundamental para eles, pois todos relataram a grande importância que o docente dá aos conhecimentos prévios trazidos por eles. E essa prática é muito significativa para o desenvolvimento desses sujeitos, nos aspectos relacionados à superação das dificuldades, na descoberta da sua autoestima e da prática da socialização.

Por todos esses aspectos, devemos considerar que o sentido de aprender para o idoso, nas classes de EJA, está na possibilidade de eles renovarem seus saberes no encontro com o outro e na realização das suas necessidades e expectativas. Estas foram se construindo ao longo da vida. A partir do contexto de suas histórias e culturas, esses alunos vão em busca de seus sonhos, atribuindo sentido ao conhecimento e à realização pessoal.

REFERÊNCIAS

A ENTREVISTA na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

ALVES, Rubem. **O amor que acende a lua**. 8. ed. São Paulo: Ed: Papyrus, 1999. 214 p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006. 327 p.

ARROYO, Miguel G. **Da Escola carente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997. (Coleção Educação popular; nº 8).

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens- adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Ed. rev. e ampl. Lisboa: Ed. 70, 2011.

BOMENY, Helena. **O Brasil de JK > Educação e desenvolvimento**: o debate, anos 1950. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/educacao/Anos1950>. Acesso em: 08 nov. 2018.

BRANDÃO, C. R. Parentes e Parceiros: Relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás. *In*: ARANTES, A. A. *et al.* **Colcha de Retalhos**: Estudos sobre a família no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). **Parecer CEB 11/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

BRASIL. **Constituição Federal** de 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**: Brasil, 2007. Rio de Janeiro.

BRASIL. **Lei n. 8.842/94**. Política Nacional do Idoso. Brasília, 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 2003**, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e publicações: Câmara dos Deputados, coordenação de publicações, 2003.

BRASIL. **Política e Educação**. Indaiatuba: Villa das Letras. 2007.

COLAVITTO, Nathalia Bedran; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. Educação de Jovens e Adultos (EJA): A Importância da Alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em:

http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Nathalia.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.

COSTA, Deane Monteiro Vieira; ARAUJO, Gilda. A campanha de educação de adolescentes e adultos e a atuação de Lourenço Filho (1947-1950): a arte da guerra. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO*, 25, 2011, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo, 2011, p. 01-09.

COSTA, E. F. A.; PEREIRA, S. R. M. Meu corpo está mudando o que fazer? *In: PACHECO, J. L.; SÁ, J. L. M.; PY, L.; GOLDMAN, S. N. (org.). Tempo: rio que arrebatou*. São Paulo: Holambra, 2005.

D'ALENCAR, Raimunda Silva; ANDRADE, Carmen Maria (org.). **A educação (re)visitada: a velhice na sala de aula**. Ilhéus (BA): Editus, 2012. 250 p.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. *In: DAYRELL, Juarez (org.). Múltiplos olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

DEMO, Pedro. **Metodologias científicas em ciências sociais**. 3. ed, São Paulo: Atlas, 1995.

DIÁLOGO na educação popular e na educação ao longo da vida. Disponível em: <http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/dialogo-naeducacao-popular-e-na-educacao-ao-longo-da-vida>. Acesso em: 30 mar.2019.

FERREIRA, A. J.; STOBÄUS, Claus Dieter; GOULART, D.; MOSQUERA, J. J. M. (org.). **Educação e envelhecimento**. Porto Alegre (RS): EDIPUCRS, 2012. 158 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. O Homem e Sua Experiência/Alfabetização e Conscientização. *In: FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FRIEDRICH, M. *et al.* Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, jun. 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, maio/ago. 2000.

IBGE: população brasileira envelhece em ritmo acelerado. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13577-asi-ibge-populacao-brasileira-envelhece-em-ritmo-acelerado>. Acesso em: 08 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População brasileira: Idosos indicam caminhos para uma melhor idade** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade>. Acesso em: 30 mar. 2019.

JORDÃO NETTO, Antônio. **Gerontologia Básica**. São Paulo: Editora Lemos, 1997.

LIMA, A. M. M. **Saúde no envelhecimento**: o discurso sanitário nos programas de saúde. 1966. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LOPES, A. **Os desafios da gerontologia no Brasil**. Campinas (SP): Alínea, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MARQUES, Denise Travassos; PACHANE, Graziela Giusti. Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 2, p. 475-490, maio/ago. 2010.

MARQUES, Denise Travassos; PACHANE, Graziela Giusti. **Medo e ousadia**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2008.

MINAYO M.C.S. Técnicas de análise do material qualitativo. *In*: MINAYO, M.C.S. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, M.C.S. Envelhecimento demográfico e lugar do idoso no ciclo da vida brasileira. *In*: TRENCH, B.; ROSA, T. E. C. (org.). **Nós e o Outro**: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos Everaldo Álvares. Introdução: entre a liberdade e a dependência – reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR., Carlos Everaldo Álvares (org.). **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 11-24.

NERI, A. L.; FREIRE, S. A. (org.). **E por falar em boa velhice**. Campinas (SP): Papirus, 2000.

OLIVEIRA, Ailza Freitas; CANANEA, Fernando Abath; OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. *In*: **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. 476 p. (Coleção educação para todos; 2007).

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Políticas Públicas, Educação e a Pesquisa sobre o idoso no Brasil**: Diferentes Abordagens da Temática nas teses e dissertações (de 2000 a 2009). IX ANPED Sul 2012. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1845/243>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ORNELLAS, Aparecida *et al.* **Os idosos e o processo de envelhecimento**. 2008. Disponível em: [http:// www. Revistavigor.com.br/2008/11/19/idosos-e-processo-de-envelhecimento](http://www.Revistavigor.com.br/2008/11/19/idosos-e-processo-de-envelhecimento). Acesso em: 30 mar. 2019.

PACHECO, J. L. (2005). Sobre a aposentadoria e envelhecimento. *In*: PACHECO, J. L.; SÁ, J. L. M.; PY, L.; GOLDMAN, S. N. (org.). **Tempo**: rio que arrebatava. São Paulo: Holambra, 2005.

PAPALEO NETTO, MATHEUS; CARVALHO FILHO, Eurico Thomaz de. **Geriatría**: fundamentos, clínica e terapêutica. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

PENA, F. B.; SANTO, F. H. E. O movimento das emoções na vida dos idosos: Um estudo com um grupo da Terceira Idade. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 8, n. 1, p. 17-24, 2006. Disponível em: Acesso em 14 abr. 2013.

QUEIROZ, Vívian Santos; RAMALHO, Hilton Martins Brito. A escolha ocupacional dos idosos no mercado de trabalho: Evidências para o Brasil. **Revista Economia Selecta**. Brasília, v. 10, n. 4, p. 817-848, 2009.

RODRIGUES, Sônia Regina; ARRUDA, Roberto Alves de. Educação na melhor idade. **Eventos Pedagógicos**, v. 4, n. 2, p. 211-220, 2014.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 168.p. Disponível em:

SOUZA, Maciana de Freitas e. **Extinção da SECADI e o campo da Educação na conjuntura atual**. Disponível em: www.justificando.com/2019/01/17/extincao-secadi-campo-educacao/conjuntura-atual. Acesso em: 15 jun. 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

VIEIRA, E. B. **Manual de gerontologia**. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

VIEIRA, Maria Clarisse. As CONFINTEAS e as políticas de educação de jovens e adultos no Brasil: o lugar da sustentabilidade. **Revista do Programa Alfabetização Solidária**: a educação de jovens e adultos em discussão. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 11-26, 2007.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Boa tarde, o senhor pode dizer seu nome completo e a sua idade?
2. O Senhor trabalha?
3. Na sua infância, o senhor estudou?
4. Descreva os motivos que impediram o senhor de frequentar a escola.
5. Em sua opinião e pela sua experiência de vida, qual a importância da educação escolar na vida de uma pessoa?
6. Quais os momentos em que a educação escolar fez falta para o Senhor?
7. Como o senhor descreve o seu início de escolarização na EJA?
8. Quais os motivos que o levaram a estudar na EJA?
9. Aponte fatores positivos e negativos de iniciar a educação escolar na vida adulta.
10. Relate se suas expectativas em relação à educação escolar foram satisfatórias.
11. Após um dia de trabalho cansativo, quais são as motivações que levam o senhor a ir para sala de aula à noite?
12. Quais os benefícios que o senhor viu em sua vida após começar a estudar na EJA?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA A TURMA DE EJA

Questionário para turma de EJA

Esse questionário faz parte da pesquisa intitulada “AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA A VIDA DO IDOSO” realizada pelas estudantes do Curso de Pedagogia da PUC Minas Anita Pereira de Almeida, Rosângela dos Santos Marinho e Valquíria Borges Ferreira como Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação da Professora Mariana Veríssimo.

Agradecemos a sua contribuição e disponibilidade para responder às questões abaixo.

01. Quantos anos você tem?

- 60 a 69
- 70 a 79
- 80 ou mais

02. Você trabalha atualmente? Qual é a sua profissão?

- Sim Não
-

03. Você já tinha estudado alguma vez? E por qual motivo você parou de estudar?

04. Como você ingressou na EJA?

- Indicação de vizinhos que estudam na EJA.
 - Indicação de Familiares
 - Outros
-

05. Por qual motivo você veio estudar na EJA?

- Necessidade de conhecimentos
 - Realização Pessoal
 - Outros
-

06. O que te motiva a vir para a escola hoje?

- Aprender a ler e escrever
- Sucesso profissional
- A socialização
- Outros

07. O que sua família e amigos dizem a respeito da sua volta para a escola?

08. Suas vivências e saberes são valorizados pela escola onde estuda?

Sim Não Às vezes

Explique como?

09. Você tem alguma dificuldade na sala de aula hoje? Se a resposta for sim, quais são?

Sim Não

Quais?

10. Como você faz para superar essas dificuldades?

Ajuda dos professores

Ajuda dos colegas

Ajuda de familiares

Outros _____

11. Você tem algum sonho para o futuro?

Sim Não

Qual? _____

12. Como ficou sua vida após seu retorno para a EJA?

Melhorou minha autoestima

Melhorou o relacionamento no trabalho

Melhorou o relacionamento na família

Participação na comunidade

Outros _____

13. Qual a importância da escola na vida de uma pessoa?

- () Obter um certificado
- () Conseguir um trabalho melhor
- () Aprender novos conhecimentos

Outros

14. Você gostaria de escrever mais alguma coisa sobre sua vida depois que você voltou a estudar?

ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Belo Horizonte, 25 de junho de 2018.

Senhor(a) Diretor(a):

Apresentamos-lhe **Anita Pereira de Almeida, Rosângela dos Santos Marinho e Valquíria Borges**, alunas do Curso de PEDAGOGIA da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que estão realizando uma pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Gostaríamos de contar com a atenção de V.Sa. no sentido de possibilitar-lhe a realização das atividades nessa Instituição.

O planejamento de atividades deverá ser estabelecido pelas pesquisadoras de acordo com as possibilidades Escola, sem prejudicar a sua rotina.

Solicitamos de V.Sa. autorização para que as mesmas realizem a pesquisa nessa Instituição, em parceria com a Professora Orientadora Dr. Mariana Veríssimo, que conduz essa pesquisa.

Atenciosamente,